

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE
GESTÃO PÚBLICA**

**Universidade Anhembi
Morumbi**

São Paulo/SP -

1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Anhembi Morumbi, com sede na cidade de São Paulo, iniciou suas atividades no ensino superior com o nome de Faculdade de Comunicação Social Anhembi, sendo naquela ocasião autorizado o funcionamento pelo Decreto n. 70.157, de 17 /02/1972, com publicação no Diário Oficial da União - Seção I - 18/2/1972, Página 1364.

Em 1982, a partir da união da Faculdade de Comunicação Social Anhembi com a Faculdade de Turismo Morumbi, surgiu a Faculdade Anhembi Morumbi, oferecendo os cursos de Comunicação Social, Turismo, Secretariado Executivo Bilíngue e Administração.

Em 1997, a Instituição credenciou-se como Universidade, pelo Decreto s/n., de 12/11/1997, DOU 13/11/1997. No ano seguinte, fundou o Campus Mooca, no prédio que abrigava a fábrica da São Paulo Alpargatas no bairro da Mooca, um marco da industrialização do Estado.

Em 2001 a Universidade instalou o programa de mestrado em Hospitalidade, inédito no País e recomendado pela Capes, cuja implantação se deu no ano seguinte.

Em 2005 com um portfólio de cursos bastante ampliado, a UAM passou a integrar a Rede Internacional de Universidades Laureate. No mesmo ano, a Universidade Anhembi Morumbi obtém o credenciamento para oferta de cursos na modalidade EAD, pela Portaria 4.594, de 29 de dezembro de 2005, DOU 30/12/2005, com autorização de oferta para três cursos superiores de tecnologia na área de negócios.

No ano de 2006, a Universidade obteve o reconhecimento, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES, de mais dois cursos de Mestrado. Em maio daquele ano foram oferecidas vagas para a turma inicial de Mestrado em Design, o primeiro na cidade de São Paulo, na época. Em agosto do mesmo ano foi a vez da primeira turma de Mestrado em Comunicação. A recomendação destes dois cursos de pós-graduação stricto sensu e a aprovação do doutorado em Design (2012), pela Capes, foi mais um passo em direção da cultura de pesquisa na Instituição, ratificando seu status de Universidade.

Em 2007, a instituição deu mais um grande passo em seu desenvolvimento, com a autorização o curso de Medicina, por meio da Portaria MEC n. 152, de 02/02/2007 publicada no DOU de 05/02/2007.

Em 2012 ocorre o Recredenciamento da Universidade Anhembi Morumbi, com a Portaria MEC Nº 595 de 16/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, com Conceito Institucional (CI) 3 (três).

A Educação a Distância iniciou a oferta em polos de apoio presencial a partir do segundo semestre de 2012, implantando dois polos: Campinas e São Bernardo do Campo, ao final de 2013 contava com 39 polos credenciados, tendo solicitado aditamento de 34 polos em 2014 e 18 em 2015, evidenciando planos de expansão arrojados neste segmento.

No mês de dezembro de 2015 a Universidade Anhembi Morumbi teve o curso de Mestrado Profissional em Alimentos e Bebidas recomendado pela Capes, totalizando sete cursos stricto sensu: 4 mestrados e 3 doutorados. Ainda no mês de dezembro obtém a primeira acreditação internacional da Universidade, por meio da obtenção desse status ao curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela International Advertising Association – IAA.

Em 2018 a Universidade Anhembi Morumbi obteve o recredenciamento para oferta de Educação Superior na modalidade de Educação à Distância (EaD), com a Portaria nº 754, publicada no D.O.U. de 9/8/2018, Seção 1, Pág. 25, pelo prazo de 8 (oito) anos.

Em maio de 2021, a UAM, passou a integrar o grupo Ânima Educação, quarta maior organização educacional privada do cenário nacional, que tem como meta organizacional “transformar o país através da educação”, o que contribui, positivamente, para o fortalecimento da sua missão institucional, bem como para a formação sólida dos seus egressos.

A Universidade Anhembi Morumbi, com sede e limite territorial de atuação circunscrito ao município de São Paulo, Estado de São Paulo, é mantida pela mantenedora ISCP - Sociedade Educacional Ltda., conta com cinco campi na cidade de São Paulo, localizados nas regiões da Avenida Paulista I e II, Vila Olímpia, Mooca, Morumbi e mais dois campi nos municípios de São José dos Campos e Piracicaba.

Neste contexto se destaca a Universidade Anhembi Morumbi (UAM) como instituição tradicional no município de São Paulo, com mais de 50 anos de existência com a intenção de propiciar o direcionamento dos rumos de uma organização, de forma desafiadora, abrangente e detalhada.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Gestão Pública
Grau: Tecnólogo
Modalidade: Educação a Distância
Duração do curso: 04 semestres
Prazo máximo para integralização do currículo: 07 semestres
Carga horária: 1.670 hora-relógio

3. PERFIL DO CURSO

3.1. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

É nesse contexto descrito anteriormente que o curso de Gestão Pública da Universidade Anhembi Morumbi está inserido.

Com um ambiente de negócios cada vez mais competitivo e as necessidades das organizações em um mundo globalizado, a gestão eficiente das organizações ganha notável importância para a sobrevivência e o sucesso. Preparar colaboradores para esta necessidade é fundamental.

Associado a esta realidade, promover o desenvolvimento humano, suportando o desenvolvimento comportamental (tanto individual quanto em grupo), bem como adaptar as organizações e as pessoas às necessidades de cada cultura organizacional ao planejamento, execução e controle dos processos de gestão pública, são premissas ao gestor público. A partir de então, o curso superior de tecnologia em Gestão Pública engloba princípios, métodos e técnicas, capacitando o profissional para exercer suas funções suportando as organizações e seus colaboradores.

A expectativa do mundo do trabalho para o Gestor Público em mercados considerados altamente competitivos está se tornando cada vez maior. Seu papel passa a ser uma condição essencial em empresas do primeiro, segundo e terceiro setores, contribuindo para que a atividade econômica nas diversas localidades de um país continental como o Brasil tenha em seu quadro de colaboradores profissionais habilitados em lidar com as questões relacionadas com, por exemplo, o diagnóstico do cenário político, econômico, social e legal da gestão pública, gestão de projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional, desenvolvimento de ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão, no escopo conceitual e especialmente na prática, sabendo atuar de maneira decisiva para garantir o crescimento econômico regional, sempre dentro de princípios éticos da profissão.

O perfil comportamental necessário para atuação nas empresas tem sido alterado nos últimos anos, e há a necessidade de gestores públicos preparados a esta nova

realidade. Nesse contexto, o profissional da área de Gestão Pública precisa gerenciar e planejar inovações tecnológicas nos processos de gestão pública e aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional, dentre outros, que sejam apropriados às necessidades das organizações, garantindo as operações das rotinas em geral necessárias à profissão.

A oferta do curso superior de tecnologia em Gestão Pública pauta-se pela necessidade de oferecer aos alunos uma formação na área da gestão que os prepare para os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional, de produção do conhecimento e de domínio de novas tecnologias, visando à sua progressiva autonomia profissional e intelectual. O curso promove o envolvimento de professores e alunos em um processo de construção coletiva do conhecimento, gerando autonomia e capacidade de tomada de decisão por parte dos discentes. Além disso, a oferta do curso atende à demanda da sociedade, a fim de acompanhar o desenvolvimento econômico, populacional e das transações entre empresas do país e estrangeiras, fortalecendo a economia e aumentando os índices de empregos formais.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é reconhecido pelo Conselho Federal de Administração e, apesar de ser um curso relativamente novo, possui grande importância para o desenvolvimento do país, já que busca formar profissionais capacitados para gerir organizações e instituições públicas.

O período atual está sendo caracterizado pela globalização, fato esse que resulta em uma sofisticação dos empregos atuais. A consequência imediata disso é a rapidez no acesso a novas tecnologias, o que acarreta trabalhos cada vez mais intelectuais ao invés de braçais. Atualmente, toda organização, independentemente do seu porte ou do seu mercado de atuação, tem a necessidade de controlar e automatizar o fluxo das informações que trafegam entre seus setores. Diante desse cenário, o curso superior de tecnologia em Gestão Pública contribuirá com essa demanda de profissionais que atuam no gerenciamento de ações vinculadas à prestação de serviços públicos, buscando soluções ótimas, legais e éticas, mas também em respeito ao desenvolvimento sustentável do país.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública não está restrito ao setor público. No Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, constam diversos eixos de formação, dentre os quais está incluso o de Gestão e Negócios, e este abre oportunidades para que os alunos possam ingressar no mercado de trabalho em empresas como:

- empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria;
- organizações privadas prestadoras de serviço público;
- organizações sem fins lucrativos;
- órgãos públicos;
- institutos e centros de pesquisa; e
- instituições financeiras e bancos de investimento.

A Universidade Anhembi Morumbi atua no oferecimento de Ensino, Investigação Científica e Extensão, de forma articulada, procurando atender as diversas demandas das organizações sociais. Nesse contexto, este curso foi concebido de forma integrada aos demais cursos da instituição, de modo a fazer parte de um corpo educacional maior, de alta qualidade e com o perfil dinâmico que possuímos, nos comprometendo com os resultados quantitativos e qualitativos a que nos propomos, enquanto partícipe do cenário atual da educação superior no Brasil.

A oferta de novos cursos superiores nos campi da IES permite ampliar nossos espaços privilegiados para a formação profissional que incentivam a reflexão crítica, o respeito às diversidades em todas as suas formas de manifestação, a criatividade, a predisposição em inovar e a interação com a sociedade, visando formação contemporânea comprometida com o desenvolvimento sustentável em todas as suas vertentes e a serviço do interesse público e do bem-estar da sociedade, que é o caso dos tecnólogos em Gestão Pública.

A rigor, o que norteou a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na Universidade Anhembi Morumbi foram as análises que realizamos a partir de dados do CENSO, do PNE, do IBGE, do PIB das várias regiões brasileiras, de estudos envolvendo o município de São Paulo e municípios vizinhos e também o *gap* de 12%

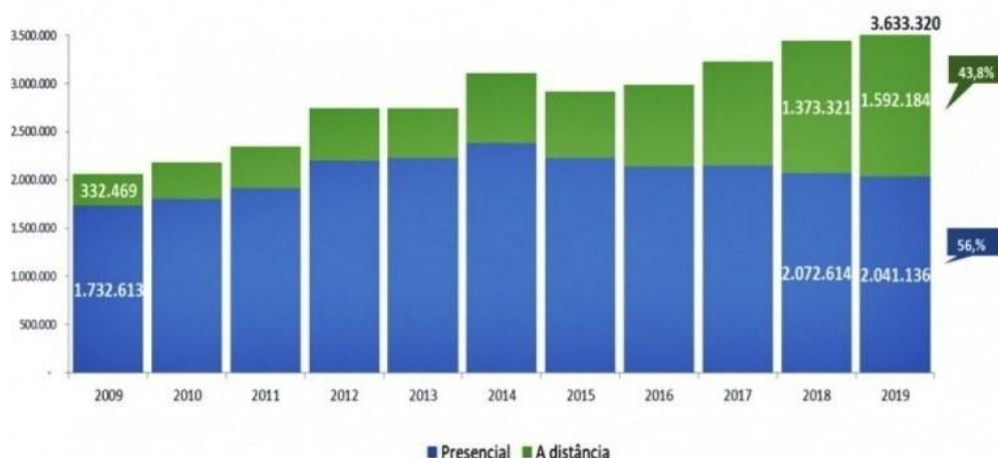
observado na taxa líquida de matrículas na educação superior para a população entre 18 e 24 anos (CENSO 2018).

O Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/14) tem como meta elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos. Hoje, a taxa líquida é de 21,5% (Censo 2019).

Para alcançar os objetivos previstos no PNE, há necessidade de continuar investindo cada vez mais na educação, tanto pública quanto privada. Perdemos para a Argentina (48%), passamos longe de Portugal (50%) e não conseguimos nem divisar a Coreia do Sul (78%). Apesar da expansão do ensino superior nos últimos anos, essa expansão ainda é insuficiente para igualarmos, ao menos, os índices de alguns dos nossos vizinhos latino-americanos.

Nos próximos 15 a 20 anos cerca de 20 milhões de brasileiros deverão buscar espaço no ensino superior. Entre 2018 e 2019, o número de matriculados no ensino superior passou de 8,4 para 8,6 milhões (Censo 2019), dos quais 43,8% foram ingressantes em cursos a distância. Ainda em termos de ingressantes, o Censo de 2019 apresenta que 24,17% dos mesmos estava em IES públicas e 75,83% nas privadas.

Figura 1- Número de ingressos em curso de graduação por modalidade de ensino de 2009 a 2019



Fonte: Censo 2019.

Com o ensino fundamental caminhando para sua universalização, as políticas governamentais brasileiras estão voltadas para o aumento da escolaridade da

população tanto no ensino médio quanto no ensino técnico, o que acarretará uma demanda crescente por ensino superior nos próximos anos. E é dentre os concluintes dos cursos de ensino médio e técnico que se pode encontrar indicadores que permitam supor entrantes em potencial para cursos de nível superior.

Os estudos que antecederam a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na Universidade Anhembi Morumbi, identificaram aspectos importantes que foram considerados neste projeto pedagógico. Mais especificamente, as mudanças constantes no mundo do trabalho, decorrentes das grandes transformações socioculturais e das inovações tecnológicas, provocam um reordenamento social e adequações na área de gestão e de negócios. Nesse contexto, torna-se crucial o desenvolvimento de competências e habilidades no profissional que atue como gestor público e também nos novos empreendedores, para a assunção de responsabilidades frente a situações complexas, com capacidade para lidar com eventos inéditos, preparados para tratar de problemáticas sociopolíticas, econômicas, mercadológicas, gerenciais e de controle das operações estratégicas para o sucesso das organizações, tanto públicas quanto privadas.

O papel do tecnólogo em Gestão Pública não pode ser reativo, mas sim o de desempenhar importante auxílio no processo de tomada de decisão, devendo prospectar e analisar fatos, com sólida competência para soluções integradas e inovadoras que otimizem o uso racional e sustentável de recursos, analisar a concorrência interna e externa, identificar oportunidades para expansão dos negócios, minimizar custos, melhorar a performance sustentável e a eficácia dos processos para garantir a oferta de produtos/serviços com elevado padrão de qualidade, aumentar a competitividade das organizações, compreender as variáveis comportamentais, sociopolíticas, mercadológicas e de consumo que envolvem as atividades produtivas, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

A responsabilidade social das organizações e a necessidade de políticas e estratégias para a sustentabilidade socioambiental impõem, hoje, novos desafios para o gestor que formamos na Universidade Anhembi Morumbi, considerando a necessidade de um profissional que tenha visão global e sistêmica, propenso a interagir com profissionais de outras áreas, com espírito empreendedor, criativo, inovador, crítico e comportamento moral e ético.

O tecnólogo em Gestão Pública que buscamos formar precisa estar consciente de que o crescimento econômico é um objetivo meio, e não final, de potencialização da sua expertise no sentido do pleno desenvolvimento sustentável, buscando eliminar desigualdades de toda a natureza e interagindo de forma saudável com o meio ambiente natural; este é o objetivo fim: desenvolvimento da nação.

Partindo-se da legislação vigente e observando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, realizou-se minucioso estudo sobre atividades econômicas de interesse público direto, em que se envolveu o corpo docente atual da Instituição, bem como profissionais externos, com formação e atuação específica na área, onde se buscou, também, identificar as necessidades e potencialidades nacionais para uma eficaz gestão das organizações, que serão detalhadas na sequência deste projeto pedagógico.

De caráter mais abrangente, um estudo realizado pela Fundação Dom Cabral com 130 grandes empresas de todas as regiões do Brasil, com receitas de US\$ 350 bilhões (22% do PIB), constatou que 92% dessas empresas têm grande dificuldade de contratar profissionais nos níveis operacionais, técnico e tático, sendo o nível estratégico suprido via contratação de serviços prestados por empresas/profissionais especializados na localização e aproximação com esse nível de executivos (conhecidos como *head-hunters*). Segundo esse estudo, as maiores dificuldades das empresas estão na contratação de profissionais com visão e abordagem estratégicas (CARDONA, 2011)¹.

Em relação às ofertas de cursos superiores na “grande área da Administração”, recente estudo realizado pelo Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP) a partir dos dados do Censo da Educação de 2014 do MEC/Inep², identificou que os cursos bacharelados representam 28% das ofertas, enquanto os cursos superiores de tecnologia já somam 72%. Se por um lado esses percentuais reforçam a aceitação dos cursos tecnológicos pelo mercado empresarial e pelos estudantes brasileiros, há de se ressaltar que a maior parte dessas ofertas se concentra nos cursos tecnológicos em Gestão Financeira, Processos

¹ CARDONA, S. M. Apagão: setor de logística sofre com escassez de mão de obra. Revista Tecnológica. vol. 17, n. 7, jul, 2011.

² Ensino Superior em Administração no Brasil. Departamento de Relações Acadêmicas do CRA-SP, 2018.

Gerenciais/Empreendedorismo, Recursos Humanos, Gestão Comercial, Logística e Marketing, todas funções administrativas clássicas, com carência na oferta de cursos focados no conhecimento e no desenvolvimento de competências mais pontuais sobre à prestação de serviços públicos pautadas por uma nova realidade socioeconômica brasileira e mundial.

Os profissionais com formação nessa área devem estar aptos a trabalhar na administração pública federal, estadual e municipal, nos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo em cargos efetivos e comissionados. Além disso, conhecimentos em gestão pública são bastante relevantes para as organizações do Terceiro Setor e para as empresas privadas, que estão a todo momento se relacionando com o setor público.

Com um ambiente de negócios cada vez mais competitivo e as informações circulando rapidamente no mundo globalizado, a gestão eficiente das organizações ganha notável importância. A expectativa do setor para o gestor público em mercados considerados altamente competitivos e dinâmicos, está se tornando cada vez maior. São diversos os fatores que levam a sociedade e as organizações a exigirem que os serviços públicos sejam cumpridos com qualidade, rapidez e com maior segurança. Assim, o desafio para o gestor público está em proporcionar à sociedade a melhor solução com o menor custo e com sustentabilidade.

O período atual está sendo caracterizado pela globalização, fato esse que resulta em uma sofisticação dos empregos atuais. A consequência imediata disso traz a rapidez no acesso a novas tecnologias, o que acarreta trabalhos cada vez mais intelectuais em vez de braçais. Diante desse cenário, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública contribuirá com essa demanda de profissionais que atuam na gestão pública na busca por soluções ótimas, legais e éticas, mas também em respeito ao desenvolvimento sustentável do país.

Atento ao cenário aqui descrito e pautado nos valores institucionais, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Anhembi Morumbi corresponde a uma necessidade do mercado e proporciona a formação de profissionais com grande versatilidade para atuação nos diferentes segmentos, assegurando as competências e as habilidades necessárias à profissão. O cenário empresarial da região em que

estamos localizados, dinâmico e ainda carente de uma maior profissionalização, necessita de profissionais com esse perfil.

4. FORMAS DE ACESSO

O acesso aos cursos superiores poderá ocorrer das seguintes formas: estudantes calouros aprovados no vestibular, na seleção do Prouni ou usando a nota do Enem. Os cursos superiores são destinados aos estudantes portadores de diploma de, no mínimo, ensino médio. A IES publicará o Edital do Vestibular, regulamentando o número de vagas ofertadas para cada um dos cursos, a data e o local das provas, o valor da taxa de inscrição, o período e o local de divulgação dos aprovados, além dos requisitos necessários para efetivação da matrícula. O edital contemplará também outras informações relevantes sobre os cursos e sobre a própria Instituição. Haverá, ainda, a possibilidade de Vestibular Agendado, processo seletivo em que o candidato poderá concorrer às vagas escolhendo a melhor data entre as várias oferecidas pela instituição.

O processo seletivo será constituído de uma prova de redação e de uma prova objetiva de conhecimentos gerais, composta por questões de múltipla escolha, nas áreas de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias; Ciências Humanas e Suas Tecnologias; Matemática e Suas Tecnologias; e Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias.

A prova de redação irá propor um tema atual a partir do qual serão verificadas as habilidades de produção de texto, raciocínio lógico, coerência textual, objetividade, adequação ao tema e aos objetivos da proposta, coerência, coesão, pertinência argumentativa, paragrafação, estruturação de frases, morfossintaxe, adequação do vocabulário, acentuação, ortografia e pontuação.

4.1. OBTENÇÃO DE NOVO TÍTULO

Na hipótese de vagas não preenchidas pelos processos seletivos, a Instituição poderá, mediante processo seletivo específico, aceitar a matrícula de portadores de diploma de curso de graduação, para a obtenção de novo título em curso de graduação preferencialmente de área compatível, nos termos da legislação em vigor.

4.2. MATRÍCULA POR TRANSFERÊNCIA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), no artigo 49, prevê as transferências de estudantes regulares, de uma para outra instituição de ensino, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas e mediante processo seletivo. De acordo com as normas internas, a Instituição, no limite das vagas existentes e mediante processo seletivo, pode aceitar transferência de estudantes, para prosseguimento dos estudos no mesmo curso ou em curso afim, ou seja, da mesma área do conhecimento, proveniente de cursos autorizados ou reconhecidos, mantidos por instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, com as necessárias adaptações curriculares, em cada caso.

Todas essas diretrizes valem para o curso e serão objeto de comunicação com o ingressante, pelo site institucional ou por comunicação direta.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1. OBJETIVO GERAL

Em alinhamento ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, o objetivo geral do curso de Gestão Pública da Universidade Anhembi Morumbi é formar profissionais com visão sistêmica e estratégica, capacidade de comando, liderança, enfim, ser um agente de mudanças para o desenvolvimento organizacional.

5.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Além do objetivo geral acima descrito, o curso conta ainda com os seguintes objetivos específicos que compreendem competências e especializações definidas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso para cada uma das unidades curriculares que compõem a matriz do curso, em alinhamento as normativas do curso. Esse conjunto de objetivos envolve:

- metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional;
- Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão;
- Promover o desenvolvimento de competências atitudinais (soft skills), técnicas (hard skills), de grupo (negociação, liderança, poder e solução de conflitos) e organizacional (cultura, estrutura e tecnologias);
- Participar do desenvolvimento, implantação e disseminação do sistema de informações de gestão pública, indicando bases de dados geradas e mantidas pela empresa e por outras fontes fidedignas disponíveis (entidades de classe, institutos de pesquisa, administração pública, órgãos reguladores e pesquisas científicas), para subsidiar o processo decisório na execução de políticas de gestão pública;

- Atuar preventivamente para evitar vulnerabilidades perante o arcabouço legal vigente; e
- Desenvolver estudos conectados com as políticas públicas, estabelecendo procedimentos que atendam demandas da sociedade e exigências legais a fim de se relacionar de maneira adequada com os *stakeholders* e *shareholders*, minimizando riscos, turbulências e conflitos.

6. PERFIL DO EGRESSO

Por perfil e competência profissional do egresso, entende-se:

Uma competência caracteriza-se por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (como conhecimentos, saberes, processos cognitivos, afetos, habilidades, posturas) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Uma competência se desenvolverá na possibilidade de ampliação, integração e complementação desses recursos, considerando sua transversalidade em diferentes situações (BRASIL Inep, 2019, p. 33).

O curso de Gestão Pública da Universidade Anhembi Morumbi define como perfil de seu egresso, tendo como referência os critérios presentes nas diretrizes curriculares nacionais e no catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia, um profissional centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares à profissão, além da visão histórica do pensamento gerencial, aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, com capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a gestão pública, revelando assimilação e domínio da formação de conhecimento na área, de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social, indispensável ao enfrentamento de situações e transformações políticas, econômicas e sociais, contextualizadas na sociedade brasileira e no conjunto das relações econômicas mundiais.

Esse profissional precisa estar qualificado para autogerenciar seu aprendizado e sua formação continuamente e permanentemente, para atuar no mercado de trabalho de forma diferenciada, com ética, responsabilidade, transparência e legitimidade.

Seu perfil profissional foi delineado de forma a que o egresso expresse as seguintes competências:

- desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
- ler e compreender textos gerenciais e técnicos relacionados à profissão;
- elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na sua área de atuação;
- utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentados pela ciência;
- utilizar instrumental apropriado para analisar situações históricas concretas;

- utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise de fenômenos que estejam no seu campo de atuação;
- desenvolver e gerir processos e funções com ética, qualidade, coerência e em conformidade com os princípios da sustentabilidade, do *compliance* e do desenvolvimento do país;
- apresentar flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do gestor público;
- reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, definir e modificar processos, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão;
- desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se um profissional adaptável;
- desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos e estudos em organizações público e no âmbito público/governamental;
- desenvolver capacidade para realizar consultoria e pareceres técnicos.

Adicionalmente, o projeto pedagógico do curso de Gestão Pública considera como **competências distintivas** do seu egresso:

Empreendedorismo

- Capacidade de antecipar e perceber oportunidades e ameaças;

- Habilidades em desenvolver políticas corporativas pela aplicação prática de conhecimentos construídos;
- Desenvoltura no relacionamento interpessoal;
- Capacidade para adotar atitudes empreendedoras e inovadoras, tanto em negócios próprios como de terceiros (intraempreendedorismo).

Abordagem Sistêmica

- Capacidade analítica que integre os impactos dos papéis gerenciais nas mais diversas dimensões do ambiente organizacional;
- Compreensão das funções organizacionais e suas inter-relações;
- Compreensão, desenvolvimento e implementação de políticas e procedimentos em nível das unidades de negócios e nível corporativo;
- Gerenciamento e otimização de indicadores de eficiência e de produtividade; e
- Definição de metas a partir das estratégias estabelecidas para o negócio, controlando-as com acuidade.

Liderança

- Habilidade para motivar pessoas em torno de projetos e objetivos organizacionais;
- Capacidade para conduzir processos nos diversos níveis organizacionais requeridos;
- Promover e manter um ambiente de trabalho colaborativo, aberto a mudanças e livre de preconceitos de qualquer natureza e gênero.

Formação Humanística

- Desenvolver visão crítica para uma atuação ética, ambientalmente e socialmente responsáveis, transparente nos diversos contextos organizacionais e com predisposição para transferir conhecimentos ao público interno e, sempre que possível, também externo.

7. METODOLOGIAS DO ENSINO/APRENDIZAGEM

A Universidade Anhembi Morumbi busca desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. A aprendizagem é entendida como um processo ativo. Nesse sentido, o papel do educador se transforma e os currículos precisam incorporar a aprendizagem ativa e engajar os estudantes no processo de aprendizagem.

Para isso, o currículo do curso contempla novas ambientações e formas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. Em termos didático-metodológicos de abordagem do conhecimento, isso significa a adoção de metodologias que permitem aos estudantes o exercício permanente do pensamento crítico, da resolução de problemas, da criatividade e da inovação, articulados a um itinerário de formação flexível e personalizado.

No contexto da matriz curricular, estão também previstos projetos ou trabalhos que potencializam a integração entre os saberes construídos e a realidade, fortalecendo a concepção de conhecimento como rede de significações e possibilitando, assim, uma visão global e sistêmica do conhecimento, em que se considera contexto histórico-social numa perspectiva relacional e de interdependência com o universo acadêmico e o mundo do trabalho. As experiências de aprendizagem dos estudantes possibilitam o alinhamento entre seus desejos, interesses e objetivos profissionais às demandas sociais, da comunidade local ratificando a função social da IES e a significatividade da aprendizagem.

Os procedimentos metodológicos adotados colocam ênfase nas metodologias ativas de aprendizagem³, comumente empregadas com o intuito de favorecer a autonomia e despertar o interesse do estudante, estimulando sua participação nas atividades em grupo ou individuais. As metodologias ativas consideram o estudante como sujeito social, não sendo possível o trabalho sem a análise das questões históricas, sociais e culturais de sua formação. Nesse contexto, em uma abordagem interacionista, o estudante não é visto como um ser passivo, que apenas recebe informações e conhecimentos, mas sim como um ser ativo, que

³ O papel positivo que exercem nas formas de desenvolver o processo de aprender tem sido o maior impulsionador de sua proliferação nos ambientes educacionais e o motivo central que levou a IES à sua incorporação.

faz uso de objetos e gera suas significações para conhecer, analisar, aprender e, por fim, desenvolver-se. Aqui, o estudante é o autor de sua aprendizagem.

Didaticamente, com a adoção das metodologias ativas conquistamos uma maior eficiência na atividade educativa, deslocando-se o papel do educador, como mero transmissor de um conhecimento estanque, para o de um mediador, que favorece, de forma ativa e motivadora, o aprendizado do estudante crítico-reflexivo.

As metodologias ativas contribuem para o desenvolvimento, de fato, das competências necessárias ao egresso que se espera formar, considerando atividades pedagógicas que estimulem o pensamento crítico-reflexivo, o autoconhecimento e a autoaprendizagem. Para isso, estão no escopo o uso de diversas metodologias ativas, como a sala de aula invertida (*flipped classroom*), a instrução por pares (*peer instruction*), o PBL (*project based learning e problem based learning*), o *storytelling*, dentre outras de acordo com as especificidades do curso e das Unidades Curriculares, havendo inclusive capacitações e programas de treinamento para os educadores. Existe um programa de formação de docentes direcionado para a hibridéz, uso de tecnologias no ensino e aplicação das metodologias ativas de ensino e aprendizagem no ambiente digital.

Para que as metodologias ativas aconteçam não nos limitamos a todo aparato oferecido pela infraestrutura. No contexto da proposta pedagógica do curso, subsidiada pelo Ensino para a Compreensão (EpC), o conceito de compreensão está vinculado ao desempenho. Ter desempenho é mais do que "saber" é "pensar a partir do que se sabe".

Dessa forma a organização do trabalho pedagógico é orientada para uma constante atividade cognitiva dos estudantes, para a interação, debate e construção colaborativa dos conhecimentos. Elementos essenciais que embasam as metodologias ativas.

Neste contexto, as ferramentas tecnológicas e o aparato da infraestrutura cumprem papel de apoio e de cenário para o desenvolvimento e construção dos desempenhos a partir de metodologias ativas.

Observe-se que as metodologias ativas promovem a conexão com o sentido do que se constrói como conhecimento, ou seja, não se trata de atividades realizada com um fim em si mesmo.

Em síntese, as metodologias ativas conectam as experiências de aprendizagem à realidade dos estudantes e dos problemas do mundo real. Elas colocam o estudante no centro do processo ensino-aprendizagem, instigando sua autonomia na busca do conhecimento, estimulando sua capacidade crítica e reflexiva em torno do que está aprendendo e promovendo situações em que ele possa vivenciar e colocar em prática suas aprendizagens.

Elas promovem a aprendizagem ativa, possibilitando que os estudantes mobilizem os seus conhecimentos nas mais diversas situações, com flexibilidade e capacidade de resolução de problemas. O professor é um parceiro ativo neste processo, criando experiências de aprendizagem em que os estudantes possam vivenciar a colaboração, o compartilhamento de ideias e a pesquisa ativa.

Os estudantes são instigados a refletir e a se posicionar de forma crítica sobre problemas reais relacionados à futura profissão, a tomar decisões individuais e em grupo, propor soluções e avaliar resultados.

A **acessibilidade metodológica do currículo** concretiza-se nessa diversificação de métodos, adotados em razão da necessidade de atendimento especial. Em relação à acessibilidade plena, diversas ações são realizadas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI).

Em suma, a abordagem didático-metodológica, no conjunto das atividades acadêmicas do curso, favorece o aprimoramento da capacidade crítica dos estudantes, do pensar e do agir com autonomia, além de estimular o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais em um processo permanente e dinâmico, estabelecendo a necessária conexão reflexiva sobre si e sobre a realidade circundante, em específico com temas contemporâneos, como ética, sustentabilidade e diversidade cultural, étnico-racial e de gênero.

O ensino digital é uma abordagem metodológica, na qual estudantes e educadores desenvolvem suas interações no ambiente digital, buscando o alinhamento das

formas de interação com os objetivos educacionais. Essa modalidade permite maior flexibilidade, maior acessibilidade e interatividade na disponibilização de material didático. Com a constante evolução das tecnologias, as atividades digitais envolvem tanto momentos para autoaprendizagem quanto momentos síncronos, ao vivo, onde educador e estudante podem interagir em tempo real. Estes momentos síncronos são gravados para que o estudante se aproprie das discussões quantas vezes quiser e quando lhe for mais apropriado, além de utilizarem recursos tecnológicos que dão dinamismo aos encontros e atividades.

A partir de uma proposta pedagógica contemporânea, com uso de tecnologia em um cenário digital de aprendizagem, o curso propõe uma formação personalizada dos estudantes para o desenvolvimento de competências, conhecimentos, habilidades e atitudes de forma integrada, relacionando todo o processo de ensino-aprendizagem a uma conexão forte com o mundo do trabalho.

A convicção da necessária reconexão entre os mundos educacional e do trabalho levou à inserção de ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem. Para isso, a Instituição e o curso utilizam a tecnologia, desde sua concepção, como ferramenta de aprimoramento da experiência de aprendizagem e aproximação do educador ao estudante. **Temos nas tecnologias digitais de comunicação e informação um recurso para o aprimoramento da experiência de aprendizagem e de apoio à materialização dos princípios do currículo.**

Os recursos digitais são atrativos e servem como instrumentos de envolvimento e desenvolvimento dos estudantes. Eles são cuidadosamente escolhidos tanto no momento de realização do encontro síncrono com o docente como na elaboração do material didático digital pelo Professor Curador. O ponto de partida para a tomada de decisão, em relação aos recursos digitais a ser utilizados, parte do Plano de Ensino da UCD, visando o atendimento de suas metas de compreensão. Nas Unidades Curriculares Digitais que demandam a mobilização de competências mais práticas, a instituição disponibiliza laboratórios virtuais de aprendizagem como um elemento imersivo no processo de ensino-aprendizagem.

A instituição tem a inovação como um de seus pilares e a entende como um processo contínuo e de construção coletiva que se concretiza em um currículo vivo e em movimento que, com o apoio das tecnologias, busca integrar as experiências da formação profissional àquelas oriundas da relação com o mundo fora da escola.

De acordo com Moran (2015), há três dimensões importantes do currículo para a inovação na educação híbrida: ênfase no projeto de vida dos estudantes; ênfase em valores e competências amplas; integração de tempos, espaços, metodologias, tecnologias em equilíbrio com aprendizagens individuais e grupais (MORAN, 2015, p.29).

Nos currículos integrados às Unidades Curriculares Digitais, provocam um movimento de cooperação profissional e de integração de pessoas e saberes, que refletem nas diferentes comunidades de aprendizagem, frequentadas pelos estudantes durante o seu percurso formativo, aproximando a experiência acadêmica da realidade social e profissional.

A personalização traduz a hibridez no currículo e revela o modo como entendemos a educação e o seu papel diante das mudanças sociais impactadas pelos avanços tecnológicos. A personalização é uma forma de acolher as individualidades dos estudantes, suas preferências, ritmos e formas de aprender, assim como apoiá-los em suas dificuldades.

Aprender e ensinar em currículos integrados tendo a personalização como premissa da educação é um desafio permanente, que exige dos educadores e gestores, disposição para compartilhar saberes, dúvidas e perspectivas, assim como para planejar em conjunto.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

Para a elaboração dos conteúdos curriculares foram analisados diversos fundamentos teóricos, em que se considerou a preparação curricular e a análise da realidade operada com referenciais específicos. Os currículos integrados têm a Unidade Curricular (UC) como componente fundamental, organizadas em 4 eixos: **Formação Geral, Formação na Área, Formação Profissional e Formação Específica**, que se integram e se complementam, criando ambientes de aprendizagem que reúnem os estudantes sob variadas formas, conforme detalhado no percurso formativo do estudante. A partir da estruturação das **Unidades Curriculares**, são formadas “**comunidades de aprendizagens**”, cujos agrupamentos de estudantes se diversificam.

A flexibilidade do Currículo Integrado por Competências permite ao estudante transitar por diferentes comunidades de aprendizagem alinhadas aos seus respectivos eixos de formação. O percurso formativo é flexível, fluído, e ao final de cada unidade curricular o aluno atinge as competências de acordo com as metas de compreensão estudadas e vivenciadas ao longo do semestre.

Figura 2 – Comunidades de aprendizagem e diversidade de ambientes



Assim, durante o seu percurso formativo, o estudante desenvolve, de forma flexível e personalizada, conforme perfil do egresso, as competências, conhecimentos, habilidades e atitudes de trabalho em equipe, resolução de problemas, busca de informação, visão integrada e humanizada.

O itinerário é flexível, visto que as atividades extensionistas e as complementares de graduação possibilitam diferentes escolhas, assim como as outras atividades promovidas pela instituição. A organização do currículo, contempla os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e inclui, a articulação entre competências técnicas e socioemocionais, sendo este um dos grandes diferenciais do curso.

8.1. MATRIZ CURRICULAR

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Carga Horária Total:	1670 horas		
Tempo de Integralização (em semestres)	Mínimo:	4	Máximo: 7

Tipo	Denominação	CH Digital	Busca Ativa	Total CH	
Unidade Curricular	Aspectos humanos e socioculturais	120	40	160	h
Unidade Curricular	Estado, política e direito	120	40	160	h
Vida & Carreira	Vida & Carreira	40	20	60	h

Tipo	Denominação	CH Digital	Busca Ativa	Total CH	
Unidade Curricular	Estruturas e ambientes das organizações	120	40	160	h
Unidade Curricular	Gestão de operações e serviços públicos	120	40	160	h

Tipo	Denominação	CH Digital	Busca Ativa	Total CH	
Unidade Curricular	Contabilidade pública, socioambiental e avançada	120	40	160	h
Unidade Curricular	Relações estatais, meio ambiente e sustentabilidade	120	40	160	h

Tipo	Denominação	CH Digital	Busca Ativa	Total CH	
Unidade Curricular	Core curriculum	120	40	160	h
Unidade Curricular	Tomada de decisão	120	40	160	h

RESUMO DOS COMPONENTES CURRICULARES		Total CH	
UNIDADES CURRICULARES		1.280	h
VIDA & CARREIRA		60	h
EXTENSÃO		170	h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		0	h
ESTÁGIO CURRICULAR		0	h
UNIDADE CURRICULAR DIGITAL PERSONALIZÁVEL		160	h
TCC - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		0	h
CH TOTAL		1.670	h

De acordo com o Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017 nos cursos de graduação EAD da instituição, além das possibilidades de interação síncronas e assíncronas entre os atores pedagógicos, há atividades presenciais que podem acontecer no território do estudante, na IES, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional.

8.2. BUSCA ATIVA

A prática pedagógica denominada “**busca ativa**” consiste em uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem na qual se busca o desenvolvimento de competências, conhecimentos, habilidades e atitudes por meio de ações dos estudantes, **orientadas e supervisionadas pelos educadores das respectivas Unidades Curriculares Digitais**, com a finalidade de ampliar e problematizar a abordagem dos temas ministrados nos diversos ambientes de aprendizagem, trazendo à discussão novos elementos, promovendo uma reflexão crítica, ética e responsável sobre o tema e sobre o seu impacto na realidade de cada estudante e as possíveis respostas aos problemas da atualidade.

O estudante não é visto como um sujeito passivo, que apenas recebe informações e conhecimentos, mas sim como um **sujeito ativo**, incentivado a buscar outros pontos de vista e gerar suas significações, contribuindo para a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos construídos.

Na prática, a busca ativa se concretiza por meio da pesquisa orientada em diversos tipos de formatos e linguagens, considerando a personalização do ensino, as individualidades dos estudantes e seus interesses, além da promoção da compreensão e da apropriação de linguagens, signos e códigos da área.

Com a busca ativa pretende-se despertar o interesse do estudante em relação aos temas propostos pelos educadores nas Unidades Curriculares, tornando-os mais independentes na busca do conhecimento, o que contribui inclusive com seu desenvolvimento profissional. Ao se tornar um hábito, a busca ativa perpetua o aprimoramento das competências, através da capacidade de seleção e identificação da relevância de um certo conteúdo a ser trabalhado.

Cabe aos professores de cada Unidade Curricular Digital propor as atividades acadêmicas relacionadas à busca ativa, informando as diferentes possibilidades aos estudantes com vistas a autonomia intelectual dos mesmos.

Os projetos dos cursos fomentam a pesquisa como metodologia de ensino-aprendizagem, por meio da **Busca Ativa** que engaja os estudantes na construção de suas aprendizagens, pelo trabalho de curadoria educacional, **orientada por projetos** cujos princípios norteadores são a pesquisa e a investigação ativa, além de fomentar a utilização dos recursos da plataforma Ulife (o ambiente virtual de aprendizagem da IES) em todas as suas funcionalidades.

Os conteúdos da Busca Ativa são inseridos no Ulife, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional que visa à mediação tecnológica do processo de ensino-aprendizagem nos cursos.

8.3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio é um ato educativo, com desdobramento presencial, que oportuniza a preparação profissional por meio da vivência na área do curso em consonância com os conhecimentos adquiridos. É nele que o estudante poderá explorar seu potencial, desenvolver competências, habilidades e atitudes importantes para sua formação profissional e aplicar seus conhecimentos na prática.

O estágio supervisionado foi instituído pela Lei Nº 6.494/1977, atualmente é regulamentado pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, respeitadas as normas editadas pelo Conselho Nacional de Educação e Conselhos de Profissão e, ainda, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.

Conforme legislação supra, o estágio poderá ocorrer em duas modalidades: obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação dos documentos normativos que regem o curso, cuja distinção é apresentada a seguir:

- **Estágio supervisionado obrigatório** é aquele presente como componente curricular obrigatório na matriz curricular do curso e cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma; e

- **Estágio supervisionado não-obrigatório** é aquele desenvolvido como atividade opcional e, por isso, não está presente na matriz curricular, não sendo um requisito para aprovação e obtenção do diploma. Deve, obrigatoriamente, compatibilizar-se com o horário escolar, não prejudicando as atividades acadêmicas do estudante conforme determina a Lei de Estágio.

As atividades do estágio supervisionado – obrigatório e não-obrigatório – devem estar necessariamente ligadas às competências do perfil do egresso do curso.

Para o curso de Gestão Pública não contamos com estágio obrigatório em sua matriz curricular, em conformidade com as normativas e regulamentações do curso. Dessa forma, o estágio supervisionado não-obrigatório é opcional e proporciona ao estudante o desenvolvimento de atividades pré-profissionais de vivenciar situações práticas de trabalho. Os estudantes do curso são incentivados a participar de atividades de estágio não-obrigatório, visando à articulação da teoria com a prática e o diálogo entre o mundo acadêmico e o profissional, permitindo ao estagiário refletir, sistematizar e testar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, bem como aprofundar conhecimentos, habilidades e atitudes em suas áreas de interesse.

8.4. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O curso de Gestão Pública não contempla Trabalho de Conclusão de Curso, pois este componente não é exigido pelo Catálogo Nacional dos Cursos de Tecnologia.

8.5. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DA GRADUAÇÃO (ACGS)

O curso de Gestão Pública não contempla carga horária obrigatória destinada ao desenvolvimento de atividades complementares, mas incentiva seus estudantes à ampliação do seu conhecimento teórico-prático em atividades que poderão ser realizadas dentro ou fora da instituição. Tais práticas acadêmicas podem ser realizadas em múltiplos formatos, possibilitando a complementação da formação do estudante em conformidade com seus objetivos pessoais e profissionais, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e privilegiando a complementação

da formação social e profissional. Além disso, proporciona a ampliação dos conhecimentos e o reconhecimento de competências adquiridas além da sala de aula.

8.6. EMENTÁRIO

BIBLIOGRAFIA - CORE CURRICULUM
ÉTICA E LÓGICA
Tipos e possibilidades do conhecimento. Produção de respostas a partir das dúvidas - do mito ao logos. Conhecimento e Ética. Noções de lógica matemática. Uso do raciocínio matemático na organização social. Quantificadores e conectivos. Implicações, negações e equivalências. Tabelas tautológicas. Modelos éticos e lógicos em uma perspectiva histórica. Contribuição da lógica para o debate ético e para a análise de problemas. Solução de problemas contemporâneos em situações complexas e em momentos de crise.
CULTURA E ARTES
Conceitos de cultura e arte. Inter-relações entre sociedade, cultura e arte. Identidades culturais. Cultura e relações interpessoais. Cultura e arte sob a perspectiva da ideologia. Cultura, arte, política e direitos humanos. Cidadania cultural. Paradigma da diversidade cultural. Inclusão pela cultura e para a cultura. Cultura e arte no tempo histórico. Cultura e território. Dimensões sustentáveis da cultura. Culturas brasileiras. Cultura e arte sob a perspectiva das relações étnico-raciais. Expressões e manifestações culturais e artísticas. Indústria cultural. Ética e estética. Relações entre gosto e saber. Feio versus bonito. Beleza. Radicalidade e transgressão. As linguagens da arte na realização cotidiana. O ser artístico e o ser artista. Criação, produção, circulação e fruição das artes. Arte e sustentabilidade. Inclusão pela arte. Cultura, arte e pensamento complexo. Cultura e arte na construção do ethos profissional. Vivências culturais. Vivências artísticas.
MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE SOCIAL
Construção de uma visão macro de questões sociais, políticas, econômicas, culturais, e sua relação com o desenvolvimento humano e o equilíbrio ambiental. Tecnologia, inovação, educação ambiental, ética socioambiental, novas formas de consolidação dos direitos humanos, diversidade étnico racial, questões de gênero, processos de exclusão e inclusão social, pactos para o desenvolvimento sustentável. Criação de uma nova perspectiva destas relações e para a adoção de novas posturas individuais e coletivas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e sustentável.
INGLÊS INSTRUMENTAL E PENSAMENTO DIGITAL
Vivemos diversas revoluções simultâneas: Cognitiva, Científica, Industrial e Tecnológica. Nesse cenário, a língua inglesa se mostra como uma importante ferramenta de apoio e meio de acesso a esses múltiplos saberes que envolvem o pensamento digital. O Core Curriculum de Inglês Instrumental e Pensamento Digital abordará estratégias e técnicas de leitura e interpretação de textos em inglês para analisar e discutir sistemas digitais de informação e comunicação. Serão abordados temas como: Inteligência Artificial, Pensamento digital e Análise de Dados. Sociedade digital. A revolução tecnológica. Indústria 4.0. Internet das Coisas, com vistas ao desenvolvimento das habilidades de leitura na língua inglesa.

PORTUGUÊS E LIBRAS

Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais: fundamentos, metodologias e tecnologias para comunicação. Diversidade dos gêneros textuais e literários. Concepções e estratégias de leitura e escrita. História dos direitos humanos; cidadania e democracia. Inclusão social e escolar; multiculturalismo, multiculturalidade, diversidades: étnico-racial, sexualidade e gênero. Políticas públicas de inclusão e suas bases legais específicas: PNE e BNCC. A argumentação nos textos orais e escritos. Libras como facilitador da inclusão. Libras: módulo básico, particularidades e práticas.

SAÚDE INTEGRAL E AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Concepções de saúde e de saúde integral: práticas integrativas e complementares, alimentação saudável, saúde do sono, saúde mental e atividade física. Relação entre doenças crônicas não transmissíveis e estilo de vida. Políticas de promoção à saúde. Determinantes sociais em saúde. Anatomia e fisiologia básica do sistema nervoso central e conexões com o comportamento humano e as emoções. Abordagem multissistêmica, fisiológica e o gerenciamento do estresse: Modelagem do comportamento humano. Mindfulness. Emoção, assinaturas emocionais, sentimentos e razão. Bem-estar e qualidade de vida: estratégias individuais e coletivas. Consciência e atenção plena: autoconsciência e competências autorregulatórias. Neurociência e neuropsicologia das emoções. Competências socioemocionais, relacionamentos interpessoais e comunicação não violenta. Transcendência humana: atitude mental positiva e fluida. Hierarquia e competências socioemocionais e suas relações com tomada de decisões. Consciência de sujeitos, profissionais e cidadãos. Responsabilidade social e ambiental. Direitos humanos, diversidade, igualdade e justiça social. Paz positiva e cultura de paz.

NOVA ECONOMIA E ESPAÇO URBANO

Estudo das relações entre dinâmicas de poder e ocupação do território no mundo globalizado. Cidades globais como polos de poder econômico e político. A distinção entre fronteiras políticas e fluxos econômicos como desafios para a política internacional. Fundamento da economia urbana e regional. Externalidades e economias de aglomeração. Migrações de corpos e cérebros. City branding. O que é marca-lugar? Condições para a diversidade urbana. Economia 4.0, realidade digital e o mundo do trabalho. Políticas públicas para criação de novos negócios, profissões, e espaço para o surgimento de PMEs, em decorrência da informatização dos produtos e serviços. Fundamentos da economia urbana e regional. Direito à cidade, gentrificação e liberdade urbana.

BIBLIOGRAFIA – SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Aspectos humanos e socioculturais

Diferenças individuais, aprendizagem, habilidades e diversidade. Personalidade e valores. Atitudes no trabalho. Sentimentos, emoções e motivação. Sociologia Organizacional: importância das interações entre sociedade e organizações. Saúde física e mental. Qualidade de vida no trabalho. Princípios fundantes do comportamento organizacional. Cultura organizacional. Dinâmica dos grupos nas organizações. Liderança, poder e política nas organizações. Relações interpessoais e conflitos. Competências atitudinais como diferencial na organização. A contextualização da função de gestão de pessoas no atual cenário corporativo global de intensa competitividade. Planejamento estratégico de recursos humanos. Gestão estratégica de competências. Recrutamento e seleção. Gestão da ambiência e do clima Organizacional. Retenção de talentos. Princípios jurídicos (direitos e deveres) que regem as diferentes formas das relações de trabalho e sindicais. Governança e compliance aplicados à gestão estratégica de pessoas. Indicadores de performance aplicados à gestão de pessoas. Sistemas de informação de recursos humanos. Gestão do desempenho humano e gestão de carreiras.

Bibliografia Básica

FIORELLI, J. O. *Psicologia para Administradores : Razão e Emoção no Comportamento Organizacional*. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597016116>

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005196/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%5D!/4/8%400:0/>.

ZANELLI, J. C. *et al.* **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582710852/pageid/>

Bibliografia Complementar

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: InterSaberes, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6012/pdf/0>

DUTRA, Joel Souza. **Competências: conceitos, instrumentos e experiências**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597010015/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%5D!/4/6/2%400:0>

MARCON, K. J. (org.). **Sociologia contemporânea**. São Paulo: Pearson Education do Brasil. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22118>

MARRAS, Jean Pierre. *Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-472-0109-8/cfi/3!/4/4@0.00:0.00>

CHIAVENATO, I. *Remuneração, benefícios e relações de trabalho : como reter talentos na organização*. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771257>

Contabilidade pública, socioambiental e avançada

Estrutura de Capital das Empresas. Reorganização Societária. Participações Societárias. Consolidação das Demonstrações Contábeis. Estrutura conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Patrimônio Público. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, Escrituração Contábil e Demonstrações Contábeis do Setor Público.

Bibliografia Básica
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público . 8. ed. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2018. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/20122018_CPU_MCASP_8_ed_-_publicacao_com_capa_2vs.pdf
GELBCKE, Ernesto Rubens <i>et al.</i> Manual de contabilidade societária : aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016161/
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Contabilidade avançada em IFRS e CPC . 2. ed. São Paulo: GEN, 2020. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597023930
Bibliografia Complementar
CASAGRANDE, Miguel Ângelo. Contabilidade intermediária e avançada para concursos . São Paulo: Saraiva, 2013. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502206649
LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, contabilidade e gestão no setor público . São Paulo: GEN, 2018. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597018400
PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública : uma abordagem da administração financeira pública. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597021509
ALMEIDA, Marcelo C. Contabilidade societária . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017007/ . Acesso em: 18 fev. 2022.
MARTINS, Eliseu <i>et al.</i> Manual de contabilidade societária : aplicável a todas as sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013
Estado, Política e Direito
Estado e organização social: formas e desenvolvimento histórico. Elementos constitutivos do Estado. Soberania do Estado. Regimes políticos. Formas de governo. Sistemas de governo. Dignidade da pessoa humana, minorias e saúde mental. Princípios fundamentais. Constituição: conceito, classificação e elementos. Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. Histórico constitucional. Constitucionalismos. Poder constituinte: originário, derivado e decorrente. Hermenêutica constitucional. Direitos e garantias fundamentais. Educação em Direitos Humanos: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Educação para a Terceira Idade e Políticas de Educação Ambiental: direitos fundamentais em espécie. Tutela constitucional das liberdades: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Direito de certidão. Acesso à informação. Direito de petição. Ação popular. Direitos políticos, participação política e subjetividade. Formas de sufrágio. Sistemas eleitorais. Sistemas partidários. Partidos políticos. Divisão espacial do poder. Organização do Estado: União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios Federais. Repartição das competências constitucionais. Intervenção. Organização dos Poderes. Poder Legislativo. Estatuto dos congressistas. Processo Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Controle de constitucionalidade: história, conceito, espécies, momentos de controle, sistemas de controle judicial.
Bibliografia Básica
BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo : os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596700

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional . São Paulo: SaraivaJur, 2022. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620490
GAMBA, João Roberto Gorini. Teoria geral do estado e ciência política . 2. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770908/
Bibliografia Complementar
NOVELINO, Marcelo. Manual de direito constitucional . 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2014. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5496-3/
MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593952
PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. <i>E-book</i> . Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553600298/
SCALABRIN, Felipe; MELO, Débora Sinflorio da Silva. Ciência política e teoria geral do Estado . Porto Alegre: SAGAH, 2017. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595021891/
STRECK, Lênio Luiz. Jurisdição constitucional . 6. ed. São Paulo: Forense, 2019. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987497
Estruturas e ambientes das organizações
Novos cenários de gestão e aplicabilidade no ambiente de negócios. Cultura organizacional e seus principais elementos na sustentação do ecossistema corporativo. Comunicação organizacional. Políticas de Educação Ambiental: meio ambiente organizacional. Desenvolvimento organizacional e novos modelos estruturais diante de cenários competitivos. Empreendedorismo e inovação como premissa organizacional: design thinking, business model Canvas, cultura de inovação, liderança e gestão de times de alta performance. Fundamentos do Direito Empresarial: evolução, fontes, princípios. Personalidade jurídica: pessoa natural e jurídica. Empresário: deveres, responsabilidades, capacidade, impedimentos. Sociedades empresariais. Empresa: conceito, elementos, espécies, transformação, incorporação, fusão, cisão. Nome empresarial. Atividade simples. Escrituração: atos de registro. Prepostos e livros. Sociedades contratuais: pessoas e de capital. Sociedades dependentes de autorização. Sociedades simples e empresárias. Sociedades personificadas e despersonificadas. Sociedades de responsabilidade limitada e ilimitada. Desconsideração da personalidade jurídica. Sociedades por ações: capital social, companhias abertas e fechadas, valores mobiliários, ações, constituição, órgãos de administração da companhia, liquidação, dissolução e extinção. Recuperação e falência. Propriedade industrial: regime jurídico, invenção, desenho industrial, modelo de utilidade, marcas e patentes.
Bibliografia Básica
MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: direito societário . São Paulo: GEN, 2021. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027280
VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial . São Paulo: Saraiva, 2021. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598452
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à teoria geral da administração . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522495559
Bibliografia Complementar

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito empresarial**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024791>

ALESSANDRO, SANCHEZ,. **Direito empresarial sistematizado**. São Paulo: GEN, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530978785>

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605189>

SACRAMONE, Marcelo. **Manual de direito empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555595949>

CAVALCANTI, Carolina Costa; FILATRO, Andrea Cristina. **Design thinking na educação presencial, a distância e corporativa**. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547215804>

Gestão de operações e serviços públicos

Estado, governo e sociedade. Serviços Públicos: Saúde, Educação, Segurança e Mobilidade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: políticas públicas de inclusão social, políticas de cotas étnico-raciais na administração pública e a participação de minorias étnico-raciais no serviço público. Accountability e Responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, sustentabilidade socioambiental e controles de resultados. Gestão de Operações. Filas, Tipos, Causas e Consequências. Administração de Projetos. Técnicas Japonesas. Ferramentas Tecnológicas e Sistemas de Gestão. Ferramentas da Qualidade e KPI's (Indicadores Chaves de Processos).

Bibliografia Básica

HACK, Neiva Silvana. **Política pública e gestão governamental**. Curitiba: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186764/pdf/0>.

JOSÉ, MATIAS-PEREIRA,. **Administração Pública**. 5. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2018. 9788597016093. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016093>.

SLACK, Slack; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. Tradução Daniel Vieira. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597015386/pages/recent>.

Bibliografia Complementar

GOZZI, Marcelo Pupim (org.). **Gestão da qualidade em bens e serviços: GQBS**. São Paulo: Pearson, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/26517>

SECCHI, Leonardo et. al. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. São Paulo: Cengage, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522128976/cfi/2!/4/4@0.00:62.6>.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597022032>

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão da produção: uma abordagem introdutória**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772865>

TAHA, Hamdy A. **Pesquisa operacional: uma visão geral**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/689>

Relações estatais, meio ambiente e sustentabilidade

Estado, Governo e Administração Pública. Administração Pública: princípios, fontes e interpretação. Segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público (Lei n. 13.655/2018).. Regime jurídico administrativo. Organização administrativa brasileira. Agências reguladoras e parcerias público-privadas. Serviços públicos. Responsabilidade do Estado. Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei n. 13.303/2016): a introdução normativa de técnicas de compliance na gestão pública brasileira.. Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013).. Poderes administrativos: poderes e deveres do administrador público; uso e abuso de poder; vinculação e discricionariedade.. Poderes administrativos: poderes e deveres do administrador público; uso e abuso de poder; vinculação e discricionariedade. Poder de polícia.. Atos administrativos. Controle da Administração Pública: controle administrativo; controle legislativo; controle externo a cargo do Tribunal de Contas; controle judiciário.. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: Administração Pública e Políticas de gênero e inclusão racial. Agentes públicos: espécies; regime jurídico; direitos; deveres; responsabilidades; teto remuneratório.. Improbidade administrativa. Improbidade administrativa. Licitação e contratos administrativos. Convênios e Consórcios. Intervenção estatal na propriedade: desapropriação; requisição; servidão administrativa; ocupação; tombamento.. Domínio público: afetação; desafetação; regime jurídico; aquisição; alienação.. Utilização de bens públicos pelos particulares. A Administração Pública em juízo. Políticas de Educação Ambiental: o Estado e o desenvolvimento econômico e sustentável. O Direito Ambiental como direito econômico. A natureza econômica das normas de Direito Ambiental. Direito ambiental: conceito; objeto; princípios fundamentais.. Normas constitucionais relativas à proteção ambiental. Políticas de educação ambiental. Competências constitucionais em matéria ambiental. Competências constitucionais em matéria ambiental. Sistema Nacional do meio ambiente.. Estudo de impacto ambiental e licenciamento ambiental. Responsabilidade ambiental. Dano ambiental material e moral. Reparação do dano ambiental. Tutela processual do meio ambiente. Tutela penal do meio ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Áreas de preservação permanente e reserva legal. Recursos hídricos e energia. Biodiversidade. Biossegurança. Patrimônio genético. Agrotóxicos. Educação em Direitos Humanos: o meio ambiente como Direito Humano.

Bibliografia Básica

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993351>

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 35. ed. São Paulo: GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027259>

SARLET, Wolfgang Ingo; FENSTERSEIFE, Tiago. **Curso de direito ambiental**. 2. ed. São Paulo: GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559641161>

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 10. ed. São Paulo: GEN, 2022. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530989460>

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555593266>

SIRVINSKAS, Luís P. Manual de direito ambiental . 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553617104
PHILIPPI JR., Arlindo. <i>et al.</i> Direito ambiental e sustentabilidade . São Paulo: Manole, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520439241
ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental . 22. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027402
Tomada de decisão
Tipos, estilos e níveis de tomada de decisão. Níveis de tomada de decisão em uma organização. Abordagem da economia comportamental envolvendo processos decisórios, heurísticos e vieses e impactos. Etapas do processo decisório. Ferramentas para mapeamento e diagnóstico de um problema. Ferramentas quantitativas. Estatística descritiva. Dado, informação e conhecimento. Gestão do conhecimento e seu papel para a tomada de decisão. Business intelligence, big data, data mining e sistema de informações gerenciais. A importância da informação e da comunicação no ambiente da tomada de decisão. Ferramentas para selecionar e avaliar. Gestão de riscos para a tomada de decisão. Processo de negociação. Teoria da agência. Principais indicadores de desempenho organizacional. BSC como ferramenta para a avaliação de desempenho organizacional. Governança corporativa e de informações.
Bibliografia Básica
HALL, Richard H. Organizações: estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/394/pdf/0 .
LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P.; MARQUES, Arlete Simille. Sistemas de informação gerenciais . 11. ed. Pearson, 2014. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22448
LEVINE, David. M; STEPHAN, David. F.; SZABAT, KATHRYN A. Estatística: Teoria e Aplicações, usando o Microsoft Excel em Português . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. Ebook. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521631972
Bibliografia Complementar
LEWICKI, Roy J; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. Fundamentos de negociação . 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580553864
BARNEY, Jay B.; HESTERLY, William S. Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos . 5. ed. São Paulo: Pearson, 2017. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/115916/pdf/0
BRANDÃO, Carlos Eduardo Lessa; FONTES FILHO, Joaquim Rubens; MURITIBA, Sérgio Nunes (org.). Governança corporativa e integridade empresarial: dilemas e desafios . Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). São Paulo: Saint Paul Editora, 2017. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580041347
DE CAMILLIS, Patrícia Kinast <i>et al.</i> Gestão do desempenho organizacional . Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025257
GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões. Princípios e métodos para tomada de decisão: enfoque multicritério . 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597021592
Vida & Carreira

Identidade e autoconhecimento. Competências socioemocionais. Equilíbrio e dimensões da vida. Valores e talentos. Projeto de Vida e Carreira. Autogestão da carreira. Resolução de problemas. Ética. Cidadania. Diversidade Cultural. Tendências do mundo do trabalho. Auto avaliação. Metacognição. Projeto de Engajamento Social.

Bibliografia Básica

AMARAL, Felipe Bueno. **Cultura e pós-modernidade**. Curitiba: Intersaberes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186503>

KUAZAQUI, Edmir. **Gestão de carreira**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122431>

CARVALHO JUNIOR, Moacir Ribeiro de. **Gestão de projetos: da academia à sociedade**. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6189>

Bibliografia Complementar

KUIAVA, Evaldo Antonio; BONFANTI, Janete. **Ética, política e subjetividade**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3076>

SILVA, Altair José da (Org.). **Desenvolvimento pessoal e empregabilidade**. São Paulo: Pearson, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/128195>

FRANÇA, Ana Shirley. **Comunicação oral nas empresas: como falar bem e em público**. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522499113>

OLIVERIA, Mara de; AUGUSTIN, Sérgio. (Orgs.). **Direitos humanos: emancipação e ruptura**. Caxias do Sul: Educs, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5711>

GOLD, Miriam. **Gestão de carreira: como ser o protagonista de sua própria história**. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440340>

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DISCENTE

As práticas avaliativas são orientadas pela compreensão da avaliação como uma experiência de aprendizagem, o que significa utilizá-la para oferecer feedback construtivo tanto para estudantes, quanto para educadores, motivando os estudantes a aprender e a diagnosticar seus pontos fortes e indicar caminho para as melhorias. Sendo importante entender que a avaliação é pensada e organizada para ser uma justa medida do desenvolvimento do estudante no seu percurso formativo, considerando o complexo e amplo processo de ensino e aprendizagem. A elaboração, correção e feedback das avaliações são prerrogativas do docente, podendo contar com o apoio do tutor e com uso de inteligência artificial.

A proposta de avaliação está organizada considerando o conceito de avaliação contínua, ou seja, avaliações e feedbacks mais frequentes, para que seja possível acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e intervir com mais assertividade. Além disso, as avaliações propostas têm diferentes objetivos, todos alinhados com as competências que os estudantes devem desenvolver neste nível de ensino. Desta forma, as avaliações estão planejadas da seguinte forma:

Avaliação 1 (A1) – Dissertativa | 30 pontos

Avalia a expressão da linguagem específica de determinada área. O estudante precisa saber se expressar, sobretudo, na área em que ele irá atuar – com os códigos, símbolos, linguajar e dialeto inerentes a determinada área do conhecimento, levando-se em conta a realidade profissional ali compreendida. Pretende-se, nessa etapa avaliativa, verificar a capacidade de síntese e de interpretação, analisando-se a capacidade do estudante de não apenas memorizar, mas expressar-se criativamente diante de situações semelhantes aos reais.

Avaliação 2 (A2) – Múltipla escolha | 30 pontos

Avalia a leitura, a interpretação, a análise e o estabelecimento de relações considerando, portanto, essas competências.

Avaliação 3 (A3) – Avaliação dos desempenhos | 40 pontos

Avalia a compreensão efetiva do estudante em relação à integração dos conhecimentos propostos na unidade curricular. Consistirá no desenvolvimento de um projeto em que demonstre, por meio de um produto que pode ser texto, artigo, vídeo, entre outros, a mobilização dos conteúdos para resolver uma situação problema do mundo contemporâneo. É analisada, especialmente, a capacidade e a tendência de usar o que se sabe para operar o mundo e, também, a criatividade na proposta de soluções.

Durante todo o processo da A3, também são desenvolvidas e avaliadas as *soft skills* – competências socioemocionais dos estudantes.

Ressalta-se que o *feedback* dos professores constituirá elemento imprescindível para construção do conhecimento, portanto, será essencial que o docente realize as devolutivas necessárias, ao longo do semestre letivo. Para a A1 e A2 a devolutiva deverá ocorrer, necessariamente, após a divulgação das notas e, no caso da A3, durante o processo.

Na unidade curricular presencial, estará aprovado – naquela unidade curricular – o estudante que obtiver, na soma das três avaliações (A1+A2+A3), a nota mínima de 70 pontos e atingir, no mínimo, 75% de frequência nas aulas presenciais. Nas unidades curriculares digitais (UCD), estará aprovado o estudante que obtiver, na soma das três avaliações (A1+A2+A3), a nota mínima de 70 pontos.

Para os estudantes que não obtiveram a soma de 70 pontos será oferecida a Avaliação Integrada, conforme esclarecido a seguir, com o valor de 30 pontos.

O estudante que tenha obtido nota final inferior a 70 pontos e, no mínimo 75% de presença nas aulas da unidade curricular presencial, poderá realizar avaliação integrada (AI) no início do semestre seguinte, que valerá de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.

9.1. AVALIAÇÃO INTEGRADA

A avaliação integrada consiste em uma prova, a ser realizada em data prevista no calendário acadêmico, abrangendo o conteúdo integral da unidade curricular e

substituirá, entre A1 e A2, a menor nota. Após o lançamento da nota da avaliação integrada (AI), o estudante que obtiver 70 pontos, como resultado da soma das avaliações (A1, A2 e A3), será considerado aprovado. O estudante que, porventura, vier a ser reprovado na unidade curricular, deverá refazê-la, na modalidade presencial ou digital, respeitada a oferta. A reprovação em componente curricular não interromperá a progressão do estudante no curso.

9.2. AVALIAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR VIDA & CARREIRA

O componente curricular Vida & Carreira é avaliado por atividades propostas no semestre letivo. O estudante recebe o conceito de “Plenamente Satisfatório”, “Satisfatório” ou “Insatisfatório”, a depender de seu desempenho. O estudante que obtiver menos de 70 pontos receberá o conceito “Insatisfatório” e deverá refazer o componente curricular.

9.3. CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO

Nas atividades complementares e nas atividades de extensão o estudante que comprovar, durante a integralização, o cumprimento integral da carga horária definida na matriz curricular, observado no Projeto Pedagógico do Curso, obterá o conceito “cumpriu”.

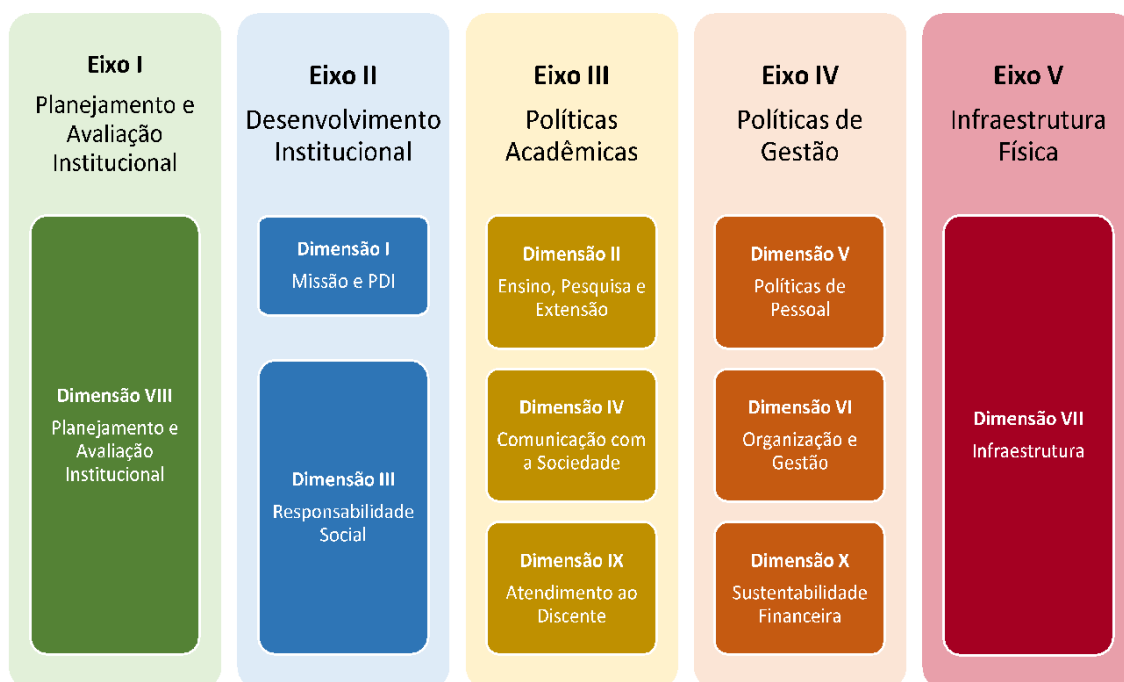
10. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DO CURSO

Em atendimento as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e às Orientações da Comissão Nacional da Avaliação da Educação Superior (CONAES), a instituição conta uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) que atua junto aos setores da Instituição promovendo medidas de avaliação interna e de acompanhamento e análise das avaliações externas.

O processo de avaliação institucional compreende dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, ou seja, na autoavaliação, a instituição reunirá percepções e indicadores sobre si mesma, para então construir um plano de ação que defina os aspectos que poderão ser melhorados a fim de aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais, e/ou o aumento de sua eficiência organizacional.

Essa autoavaliação, realizada em todos os cursos da IES, a cada semestre, de forma quantitativa e qualitativa, atenderá à Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nº 10.8601, de 14 de abril de 2004. A legislação prevê a avaliação de dez dimensões, agrupadas em 5 eixos, conforme ilustra a figura a seguir.

Figura 3 – Eixos e dimensões do SINAES



Fonte: SINAES / elaborado pela CPA.

O processo de autoavaliação da Universidade Anhembi Morumbi foi idealizado em oito etapas, previstas e planejadas para que seus objetivos possam ser alcançados, conforme explicitado a seguir.

Figura 4 – Diagrama do Processo de Autoavaliação



Fonte: elaborado pela CPA.

De forma encadeada, as oito fases que compõem o processo de autoavaliação – Planejamento, sensibilização e engajamento dos participantes, execução da autoavaliação, coleta e análise dos dados, apresentação de resultados, elaboração de planos de ação, melhorias e elaboração do relatório final – devem promover o contínuo pensar sobre a qualidade da instituição.

Para isso, realiza uma avaliação continuada dos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu*, tanto nas modalidades presencial quanto a distância. Esse processo envolve estudantes, professores e egressos, sendo totalmente voluntário e garantindo o anonimato dos participantes

Os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos com a participação efetiva da comunidade acadêmica. Por isso, a importância da sensibilização, que tem início, aproximadamente, um mês antes da data definida no calendário acadêmico

para aplicação dos instrumentos e envolve, primeiramente os educadores, seguida dos estudantes. No processo de divulgação, a CPA amplia o canal de comunicação com a comunidade acadêmica, a fim de apurar as críticas e sugestões para o aprimoramento do modelo de avaliação institucional, incorporando sugestões de melhorias coletadas durante a autoavaliação.

Os resultados da avaliação servem como instrumento de gestão, buscando sempre melhorar o curso e a instituição. A partir dos resultados, inicia-se um processo de discussão com estudantes, Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso, educadores e gestores, para definir as ações a serem implementadas ao longo dos períodos.

As iniciativas descritas compõem recursos de avaliação interna. Contudo, destaque deve ser feito para a avaliação externa, que consideram: Avaliação do curso por comissões de verificação *in loco* designadas pelo INEP/MEC; Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (ENADE); Conceito Preliminar do Curso (CPC) que é gerado a partir da nota do ENADE combinado com outros insumos, como o delta de conhecimento agregado ao estudante (IDD), corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica

Sendo assim, esse segundo momento de acompanhamento e avaliação ocorre por mecanismos externos a IES. Considerando o trabalho realizado pelas comissões externas nomeadas pelo INEP/MEC, nos atos de autorização e reconhecimento de curso. Além das visitas *in loco*, e como componente do SINAES, o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) é outro instrumento avaliativo que irá contribuir para a permanente melhoria da qualidade do ensino oferecido.

O ENADE fornece informações que podem auxiliar a IES e o curso na análise do perfil de seus estudantes e, conseqüentemente, da própria instituição e o curso. Após a divulgação dos resultados do ENADE, realiza-se uma análise do relatório de avaliação do curso, a fim de verificar se todas as competências abordadas no Exame estão sendo contempladas pelos componentes curriculares do curso. Após a análise, elabora-se um relatório com as ações previstas para a melhoria do desempenho do curso. Ao integrar os resultados do ENADE aos da autoavaliação, a IES inicia um processo de reflexão sobre seus compromissos e práticas, a fim de desenvolver uma

gestão institucional preocupada com a formação de profissionais competentes tecnicamente e, ao mesmo tempo, éticos, críticos, responsáveis socialmente e participantes das mudanças necessárias à sociedade.

Dessa forma, a gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação e os resultados das avaliações externas, por meio de estudos e planos de ação que embasam as decisões institucionais com foco no aprimoramento contínuo.

11. DOCENTES

O corpo docente do curso é composto por educadores com sólida e comprovada formação acadêmica, relevante qualificação profissional, além da experiência na docência superior (presencial e a distância). São priorizados profissionais que reúnem características compatíveis com o perfil do egresso e aptos a atuarem nos diversos ambientes de aprendizagem utilizados pelo curso. Sendo composto, preferencialmente, por docentes com título de mestre ou doutor, oriundos de reconhecidos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Os educadores são selecionados de acordo com as Unidades Curriculares Digitais a serem ofertadas, considerando o perfil do egresso, as demandas formativas do curso, os objetivos de aprendizagem esperados e o fomento ao raciocínio crítico e reflexivo dos estudantes, para além da bibliografia proposta, proporcionando o acesso a conteúdo e grupos de estudo ou pesquisas relacionados às UCDs.

Ainda que apresentem titulação que os qualifique para a prática docente, os educadores participarão de programas de formação de professores, internos e externos, visando ao constante aperfeiçoamento, à qualificação em práticas acadêmicas relevantes e atuais visando um ambiente de aprendizagem realmente transformador, com base no marco conceitual do Ensino para a Compreensão (EpC), na utilização de metodologias ativas e das ferramentas tecnológicas.

Os docentes do curso são incentivados e orientados a participarem da formação de professores, visando ao constante aperfeiçoamento na sua atuação como profissionais, assim como na preparação de atividades, objetivando a verticalização dos conhecimentos nas diversas áreas de atuação do profissional a ser formado. Os docentes do curso participam também de programas e projetos de extensão mediante editais internos e externos.

O Corpo Docente, enquanto núcleo de Trabalho, quando necessário participa ativamente na elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) por meio de Reuniões Plenas de Colegiados, NDE e Fóruns Permanentes de Discussão para adequação das matrizes curriculares, instituídos por atualizações nas normativas e legislações relacionadas ao curso, ou por melhorias alinhadas as necessidades do mercado e resultados das avaliações internas e externas. Nos finais

dos semestres serão realizadas oficinas especialmente dedicadas às discussões de adequações necessárias, momento em que os professores assumem papéis de autores e se apropriam de convicções, retomam os resultados dos Planos de Ação de Gestão do Curso para reformular/atualizar o Currículo Pleno. Assim, enquanto autores da concepção, se empenharão na implantação do currículo em suas relações subjetivas com os estudantes nos ambientes de aprendizagem.

Além disso, é incentivado o comprometimento do Corpo Docente em contribuir de maneira significativa na produção de Projetos de Extensão, orientação de Iniciações Científicas e de Trabalhos de Conclusão de Curso.

11.1. ATORES PEDAGÓGICOS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Para os cursos ofertados na modalidade EaD, dependendo da metodologia educacional empregada, as Unidades Curriculares (UC) ocorrem de forma digital, híbrida ou presencial, de acordo com o planejamento da oferta. As UCs são conduzidas por educadores cuidadosamente selecionados, que passam por um programa contínuo de formação docente composto por diversas atividades tais como: “Simpósio Docente”, “Sala Mais”, “Sala mais dos Tutores”, reuniões semanais de Horário Coletivo, Antessala Docente e encontros de Gestão por UC que ocorrem mensalmente. No decorrer desse processo os professores recebem formação para atuação em todos os ambientes de aprendizagem que a instituição oportuniza aos estudantes, visando o desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e ferramentas tecnológicas necessárias para a prática docente.

As metodologias acadêmicas dos cursos EAD podem ser estruturadas com 2 (dois) ou 3 (três) atores pedagógicos, detalhados a seguir, envolvidos no processo ensino-aprendizagem desde a concepção do material didático até a interação com os estudantes.

- A. Professor curador** das unidades curriculares digitais (UCD);
- B. Professor** responsável pela condução das unidades curriculares digitais (UCD) ou presencias, caso haja;
- C. Tutor mediador.**

11.1.1. Professor curador e atividades de curadoria

O professor curador atua na seleção de materiais, tecnologias e objetos de aprendizagem e avaliações a partir do plano de ensino da unidade curricular. Para cumprir estas atividades, o professor passa por um processo de formação em curadoria digital, no qual compreende a melhor forma para buscar, selecionar e organizar conteúdos originais, tendo como base a própria voz do autor. Os professores curadores utilizam o Plano de Produção como base na construção de cada Unidade de Aprendizagem que compõe a UCD, sendo orientados a instigar a reflexão analítica e crítica por meio da intertextualidade.

A linguagem dialógica encoraja os estudantes a se posicionarem frente à resolução de problemas, tendo como base teórica todo arsenal tecnológico, científico e prático proposto na curadoria digital. O objetivo é que, na interação com o conteúdo, o estudante possa ampliar e aprofundar sua compreensão sobre o objeto de estudo, proporcionando a autorregulação da sua aprendizagem e a compreensão da sua própria realidade. A partir do material selecionado e dos livros e recursos disponíveis nas plataformas digitais da Ânima, os professores curadores constroem trilhas de aprendizagem. Para ampliar e diversificar a experiência de aprendizagem do estudante, os curadores de área auxiliam os professores curadores na busca de bases da Ânima, tecnologias e nos Recursos Educacionais Abertos, colaborando pedagogicamente para a produção dos materiais.

Para que um educador seja um professor curador de UCD, destaca-se como pré-requisito que tenha mestrado ou doutorado na área de conhecimento, que, preferencialmente, já tenha lecionado a UC na modalidade presencial e que passe pelo processo de formação em curadoria digital.

As principais atribuições do professor curador são:

- Planejar unidade de ensino e atividades avaliativas, considerando divisão da meta máxima e metas sequenciadas, tópicos geradores e conteúdos relacionados, bibliografia básica e complementar;

- Interagir com os profissionais do Núcleo de Curadoria Digital da VPA e Equipe Multidisciplinar sempre que necessário;
- Desenvolver conteúdos estruturados a partir de metas de compreensão;
- Curar o conteúdo de forma intratextual e dialógica;
- Curar materiais para Busca Ativa.

11.1.2. Professor responsável pela condução das unidades curriculares e encontros síncronos

O professor selecionado para ficar responsável pela condução das UCs, possui formação e experiência comprovada na temática da unidade curricular que lhe for atribuída e é responsável por: conduzir a UC, conforme calendário acadêmico; mediar o processo de ensino-aprendizagem, realizando a orientação acadêmica e esclarecendo as dúvidas dos estudantes via AVA; fomentar o estudo autônomo do estudante; divulgar programas que auxiliem os estudantes com menor rendimento, como o Programa de Nivelamento; participar do processo de avaliação, assim como participar de ações contínuas de formação. É imprescindível que o educador trabalhe de forma articulada com o Projeto Pedagógico do Curso e com o plano de ensino proposto para a unidade curricular. Além disto, é o profissional responsável por planejar, estruturar e realizar experiências síncronas que integram o processo de ensino-aprendizagem.

No intuito de garantir uma efetiva interação entre professores e estudantes, o modelo acadêmico apresenta uma proposta inovadora, no qual os estudantes participam de encontros síncronos com o professor responsável de cada unidade curricular (UC). Os encontros síncronos possuem objetivos pedagógicos distintos, sendo eles:

- **PLENÁRIA:** O encontro tem como finalidade sistematizar e sintetizar o conteúdo (competências, habilidades e atitudes) que será desenvolvido ao longo da unidade curricular digital (UCD).
- **CONNECTA:** Neste encontro o objetivo é conectar situações-problema com a futura atividade profissional, com base no material didático, e conectado com os cenários de prática e mundo do trabalho.

- **TALK:** O encontro tem como objetivo mobilizar competências desenvolvidas na unidade curricular digital (UCD) para situações reais e práticas da atividade profissional.

11.1.3. Tutor mediador e atividades de tutorial

Elemento importante no processo educacional da metodologia E2A Digital, o Tutor Mediador é quem faz a mediação nos **fóruns de discussão** das UCDs, apoia o professor, atua no engajamento dos estudantes, comunicação e ambientação no Ambiente Virtual de Aprendizagem. O grande desafio do Tutor Mediador é superar a distância e buscar estabelecer um vínculo amistoso para comunicação dos prazos a serem cumpridos, orientações e sugestões aos estudantes.

Além das capacitações específicas, durante o processo de formação docente, que é promovido pela instituição a cada semestre, o tutor participa de momentos de formação concomitante com o docente que ficará responsável pela UCD, possibilitando alinhamentos importantes para a condução das atividades previstas para o período letivo.

12. INFRAESTRUTURA

A Instituição possui uma infraestrutura moderna, que combina tecnologia, conforto e funcionalidade para atender as necessidades dos seus estudantes e educadores. Os múltiplos espaços possibilitam a realização de diversos formatos de atividades e eventos como atividades extensionistas, seminários, congressos, cursos, reuniões, palestras, entre outros.

Todos os espaços da Instituição contam com cobertura *wi-fi*. As dependências estão dentro do padrão de qualidade exigido pela Lei de Acessibilidade n. 13.146/2015, e o acesso às salas de aula e a circulação pelo *campus* são sinalizados por pisos táteis e orientação em braile. Contamos, também, rampas ou elevadores em espaços que necessitam de deslocamento vertical.

12.1. ESPAÇO FÍSICO DO CURSO

Os espaços físicos utilizados pelo curso serão constituídos por infraestrutura adequada que atenderá às necessidades exigidas pelas normas institucionais, pelas diretrizes do curso e pelos órgãos oficiais de fiscalização pública.

12.1.1. Salas de aula

As salas de aula do curso estarão equipadas segundo a finalidade e atenderão plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade necessários à atividade proposta. As salas possuirão computador com projetor multimídia e, sempre que necessário, os espaços contarão com manutenção periódica.

Ademais, serão acessíveis, não somente em relação à questão arquitetônica, mas também, quando necessário, a outros âmbitos da acessibilidade, como o instrumental, por exemplo, que se materializará na existência de recursos necessários à plena participação e aprendizagem de todos os estudantes.

Outro recurso importante será a presença do intérprete de Libras na sala de aula caso também seja necessário e solicitado. A presença do intérprete contribuirá para superar

a barreira linguística e, conseqüentemente, as dificuldades dos estudantes surdos no processo de aprendizagem.

12.1.2. Instalações administrativas

As instalações administrativas serão adequadas para os usuários e para as atividades exercidas, com o material indicado para cada função. Além disso, irão possuir iluminação e ventilação artificial e natural. Todos os mobiliários serão adequados para as atividades, e as salas serão limpas diariamente, além de dispor de lixeiras em seu interior e nos corredores.

12.2. INSTALAÇÕES PARA OS DOCENTES

12.2.1. Sala dos professores

A instituição terá à disposição dos docentes uma sala coletiva, equipada com recursos de informática e comunicação. O espaço contará com iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade e limpeza apropriados ao número de professores, além de espaço destinado para guardar materiais e equipamentos didáticos. O local será dimensionado de modo a considerar tanto o descanso, quanto a integração dos educadores.

12.2.2. Espaço para professores em tempo integral

O curso irá oferecer gabinete de trabalho plenamente adequado e equipado para os professores de tempo integral, atendendo de forma excelente aos aspectos de disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade apropriados para a realização dos trabalhos acadêmicos.

Com relação aos equipamentos e aos recursos de informática, a facilitação do acesso por parte de professores com deficiência ou mobilidade reduzida poderá se dar por meio da adequação dos programas e da adaptação dos equipamentos para as necessidades advindas da situação de deficiência (deficiências físicas, auditivas, visuais e cognitivas) a partir do uso de *softwares* especiais, ponteiras, adaptações em

teclados e mouses, etc. A tecnologia assistiva adequada será aquela que irá considerar as necessidades advindas da especificidade de cada pessoa e contexto e favorecerá a autonomia na execução das atividades inerentes à docência.

12.2.3. Instalações para a coordenação do curso

A coordenação do curso irá dispor de gabinete de trabalho que atenderá plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade proposta, além de equipamentos adequados, conforme poderá ser visto na visita *in loco*. A coordenação do curso contará com uma equipe de apoio, uma central de atendimento ao estudante a fim de auxiliar e orientar os discentes em questões financeiras e em relação à secretaria, a estágio e à ouvidoria.

12.3. LABORATÓRIOS DO CURSO

12.3.1. Laboratórios de informática

A instituição providenciará recursos de informática aos seus discentes (recursos de *hardware* e *software*), a serem implantados de acordo com as necessidades do curso. Serão disponibilizados laboratórios específicos e compartilhados de informática entre os vários cursos, todos atendendo às aulas e às monitorias. Os estudantes terão acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores e uso de diferentes *softwares* e internet.

Os laboratórios de informática irão auxiliar tecnicamente no apoio às atividades de ensino e pesquisa, da administração e da prestação de serviços à comunidade. Os laboratórios de informática, a serem amplamente utilizados pelos docentes e discentes, irão garantir as condições necessárias para atender às demandas de trabalhos e pesquisas acadêmicas, promovendo, também, o desenvolvimento de habilidades referentes ao levantamento bibliográfico e à utilização de bases de dados. O espaço irá dispor de equipamentos para propiciar conforto e agilidade aos seus usuários, que poderão contar com auxílio da equipe de Tecnologia da Informação (TI),

nos horários de aulas e em momentos extraclasse, para esclarecer dúvidas e resolver problemas.

Existirão serviços de manutenção preventiva e corretiva na área de informática. O mecanismo *helpdesk* permitirá pronto atendimento pelos técnicos da própria IES, que também irá firmar contratos com empresas de manutenção técnica. A instituição irá dispor de plano de expansão, proporcional ao crescimento anual do corpo social. Será atribuição da área de TI a definição das características necessárias para os equipamentos, servidores da rede de computadores, base de dados, telecomunicações, internet e intranet.

12.4. BIBLIOTECA

A biblioteca é gerenciada em suas rotinas pelo *software Pergamum*, programa desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em seu acervo, constam não apenas livros da bibliografia básica das UCs ofertadas, mas também da bibliografia complementar, além de livros para consulta interna, dicionários, *e-books*, enciclopédias, periódicos, jornais e materiais audiovisuais especializados nas áreas de atuação das unidades, e está totalmente inserido no Sistema *Pergamum*, com possibilidade de acesso ao catálogo *on-line* para consulta (autor, título, assunto e booleana), reserva e renovação.

A composição do acervo está diretamente relacionada aos novos meios de publicação de materiais bibliográficos, constituindo uma variedade de recursos que atende às indicações bibliográficas dos cursos e da comunidade em geral.

A instituição mantém assinaturas das bases de dados multidisciplinares da EBSCO e Vlex, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Bases de Dados disponíveis

Bases de Dados	Conteúdo
Vlex	Revistas especializadas e atualizadas, coleções de doutrinas essenciais, legislação comentada e pareceres da área jurídica.
Academic Search Ultimate	Oferece aos estudantes uma coleção sem precedentes de resenhas analisadas por especialistas, revistas científicas com texto completo, incluindo muitos periódicos indexados nos principais índices de citação.

AgeLine	O AgeLine é a fonte premier da literatura de gerontologia social e inclui conteúdo relacionado a envelhecimento das ciências biológicas, psicologia, sociologia, assistência social, economia e políticas públicas.
Business Source Ultimate	Oferece uma riqueza incomparável de periódicos com texto completo analisados por especialistas e outros recursos que fornecem informações históricas e tendências atuais em negócios que despertam discussões sobre mudanças e desenvolvimentos futuros no mundo empresarial.
Computers & Applied Sciences Complete	O Computers & Applied Sciences Complete cobre o espectro de pesquisa e desenvolvimento da computação e disciplinas de ciências aplicadas.
Dentistry & Oral Sciences Source	Odontologia geral e estética, anestesia dental, saúde pública, ortodontia, odontologia forense, odontologia geriátrica e pediátrica, cirurgia.
Dynamed	E uma ferramenta de referência clínica criada por médicos para médicos e outros profissionais de saúde para uso no local de atendimento. Com resumos clinicamente organizados com mais de 3.200 tópicos, a base fornece o conteúdo mais recente e recursos com relevância, validade e conveniência, tornando a ferramenta um recurso indispensável para responder a maioria das questões clínicas durante a prática.
EBSCO Discovery Service	Ferramenta de pesquisa on-line que reúne todas as bases assinadas pela Biblioteca para que possam ser explorados usando uma única caixa de pesquisa.
Engineering Source	Engenharia Civil, Elétrica, Computação, Mecânica, entre outras.
Fonte Acadêmica	Agricultura, ciências biológicas, ciências econômicas, história, direito, literatura, medicina, filosofia, psicologia, administração pública, religião e sociologia.
Hospitality & Tourism Complete	Aborda a pesquisa acadêmica e novidades sobre o setor em relação à hospedagem e ao turismo.
MedicLatina	Coleção exclusiva de periódicos científicos de pesquisa e investigação médica de renomadas editoras latino-americanas e espanholas.
MEDLINE Complete	Revistas biomédicas e de saúde.
Public Administration	Inclui registros bibliográficos cobrindo áreas essenciais relacionadas à administração pública, incluindo teoria da administração pública e outras áreas essenciais de relevância fundamental para a disciplina.
SportDiscus with Full Text	Medicina esportiva, fisiologia do esporte e psicologia do esporte à educação física e recreação.
World Politics Review	Análise das tendências globais.

O acesso ao acervo é aberto ao público interno da IES e à comunidade externa. Além disso, é destinado espaço específico para leitura, estudo individual e em grupos. O empréstimo é facultado a estudantes, professores e colaboradores administrativos e poderá ser prorrogado desde que a obra não esteja reservada ou em atraso.

Além do acervo físico, a IES oferece também a toda comunidade acadêmica o acesso a milhares de títulos em todas as áreas do conhecimento por meio de cinco plataformas digitais. A Biblioteca Virtual Pearson, a Minha Biblioteca, Biblioteca Digital Senac, que irão contribuir para o aprimoramento e aprendizado do estudante. Elas possuem diversos recursos interativos e dinâmicos que contribuirão para a disponibilização e o acesso a informação de forma prática, acessível e eficaz. A plataforma da Biblioteca Virtual Pearson é disponibilizada pela editora Pearson e seus selos editoriais. Na plataforma Minha Biblioteca, uma parceria dos Grupos A e Gen e

seus selos editoriais. Com estas editoras o estudante poderá interagir em grupo e propor discussões no ambiente virtual da plataforma. Na plataforma Biblioteca Digital Senac nossa comunidade acadêmica terá acesso a títulos publicados pela Editora Senac São Paulo. É disponibilizado ainda, o acesso a plataforma de Coleção da ABNT, serviço de gerenciamento que proporciona a visualização das Normas Técnicas Brasileiras (NBR). As plataformas estarão disponíveis gratuitamente com acesso ilimitado para todos os estudantes e professores. O acesso será disponibilizado pelo sistema Ulife.

As bibliotecas virtuais têm como missão disponibilizar ao estudante mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência com um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas. A IES, dessa forma, estará comprometida com a formação e o desenvolvimento de um cidadão mais crítico e consciente.